

LUTAR POR UMA ESTATUINTE DEMOCRÁTICA



No último dia 25 de fevereiro, o reitor da UFRB, Paulo Gabriel Nacif, declarou instalada a Comissão da Estatuante, mais um passo do processo da Estatuante da UFRB, que já vem sendo discutido há dois anos, e que teve sua metodologia e comissão aprovadas em novembro do ano passado. Comissão esta formada por representante e suplente dos técnico-administrativos, docentes e discentes, e também pelo CONSUNI e Administração Central.

Ao declarar instalada a Comissão, Paulo Gabriel Nacif ressaltou que o processo da Estatuante é uma oportunidade única de discutir a UFRB de forma mais orgânica e mobilizada possível, pois conseguiu congrega não só as representações de todas as categorias da universidade, mas também extrapolou seus muros por meio das representações da sociedade civil. “Temos a oportunidade enorme para fazer uma ampla discussão. Uma oportunidade de discutir o próprio conceito de universidade. Pensar para que serve a universidade hoje”, completou o reitor.

Na abertura dos trabalhos, a representante do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos da UFBA e UFRB (ASSUFBA), a servidora Aida Maia, ressaltou a ausência da representação formal dos sindicatos e organizações nos trabalhos da comissão estatuinte. A APUR, por sua vez, vem intervindo na comissão através dos representantes docentes dos Centros, buscando qualificar o debate e participando para garantir um efetivo processo estatuinte na UFRB.

O professor Antonio Eduardo Oliveira, representante dos docentes do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e secretário da APUR, chamou atenção para a relevância das mobilizações, pois um dos maiores problemas é trazer as pessoas para o debate. Para o professor, é exatamente por isso que o período de formação, previsto no processo da Estatuante, se faz importante.

O representante dos discentes do CAHL, Gilson Filho, falou da inquietação em relação à escolha dos representantes da sociedade civil que, para ele, têm que fazer parte de comunidades tradicionais. O professor Antonio Eduardo fortaleceu essa preocupação, e lembrou que no CAHL, por meio do Fórum Tripartite, esse debate já começou a ser feito, pensando na melhor forma de abrir o debate para a comunidade, e assim contribuir para que ela mesma escolha seus representantes.

Apesar da posição conservadora da reitoria de querer fazer uma estatuinte burocrática, com participação controlada da comunidade em processo a frio, sem as entidades representativas das categorias organizadas na UFRB (APUR, CCE e ASSUFBA), a tarefa colocada é lutar para que a comissão central da Estatuante (apesar da nossa crítica à sua composição) e as subcomissões nos centros efetivamente promovam os debates e convoquem o Congresso Estatuinte para novembro deste ano (prazo estipulado pelo CONSUNI).

Agenda de mobilização nas Federais

▶ **Entre 24 e 28 de fevereiro**
– protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;

▶ **Entre 10 e 14 de março**
– enviar para as seções sindicais InforANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;

▶ **De 10 a 18 de março**
– rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor, para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação do dia 19 e atualização da pauta local;

▶ **De 13 a 18 de março**
– indicar às seções sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus Estados;

▶ **Dia 19 de março**
– Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização; - Dia 19 de março – Ato Público em Brasília;

▶ **Dia 21 de março**
– Reunião ampliada da Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS, em São Paulo;

▶ **Dia 22 de março**
– Encontro do Espaço de Unidade e Ação, em São Paulo;

▶ **Entre 24 e 28 de março**
– Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;

▶ **Dia 27 de março**
– Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF

▶ **Dias 29 e 30 de março**
– Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

33º CONGRESSO DO ANDES

Nos dias 10 a 15 de fevereiro, foi realizado, na cidade de São Luís/MA, o 33º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), sob a organização da APRUMA Seção Sindical. Com o tema central - “ANDES-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais”,

o congresso contou com a presença de delegados das seções sindicais do sindicato que, durante toda a semana, discutiram o tema em grupos e na plenária final.

Chamou atenção que, tanto nos grupos quanto nas seções da plenária final, o debate político foi superficial e a discussão foi travada por conta da estrutura

do congresso, que não permitia que este servisse efetivamente para organizar a categoria docente. Este fato foi assinalado pela própria direção do sindicato. Na verdade, o congresso teve como pano de fundo as negociações em torno da constituição das chapas que concorrerão ao biênio 2014-2016.

A AUSÊNCIA DE UMA EFETIVA POLÍTICA PARA MOBILIZAR OS DOCENTES E O CASO DO ULTRA ESQUERDISMO



Prof. David Romão Teixeira, Presidente da APUR

O congresso foi marcado pela paralisia da entidade, pois a aprovação do plano de lutas foi somente uma mera formalidade, já que, apesar da grande mobilização em 2012, com a maior greve docente dos últimos anos, a categoria não é efetivamente organizada pelo sindicato nacional, que oscila entre a paralisia completa e um discurso radical vazio.

Um aspecto decisivo no congresso foi a recusa, por parte dos grupos majoritários que dirigem o sindicato, de participar da construção do Plebiscito Popular por Constituinte Exclusiva e Soberana para reforma política, convocado por vários movimentos sociais e populares e organizações dos trabalhadores (MST, UNE, CUT). O argumento é que o referendo popular convocado é “governista”, ou seja, o ANDES-SN adota a política divisionista levada a cabo pela

Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) e pelo PSTU.

É importante assinalar que os grupos sectários como o PSTU e consortes, que, apesar de um discurso esquerdista, tem uma clara política de apoio à direita (no Brasil e no Mundo), tendo perdido completamente a representatividade na categoria, mas ainda empresta ao sindicato nacional, através de um discurso supostamente combativo, que tem levado ao isolamento da entidade nacional.

A política divisionista do CSP-Conlutas tem levado o sindicato a um beco sem saída, não tem se fortalecido, muito pelo contrário. Apesar da falência do Proifes, que cada vez mais é visto pela categoria docente como um instrumento do governo para dividir o sindicato nacional dos professores, o ANDES-SN

não consegue construir mecanismos para incorporar os contingentes de novos ativistas da categoria que participaram da greve de 2012.

Os representantes da APUR participaram ativamente do congresso, apresentando uma tese e intervindo nos grupos e na plenária final, lutando pela construção de um movimento independente por um sindicato nacional formado pela base.



Prof. Antônio Eduardo Alves de Oliveira, Secretário da APUR

APUR SE REÚNE COM A REITORIA DA UFRB PARA TRATAR DAS PAUTAS DOCENTES



No dia 26 de fevereiro, a diretoria da APUR se reuniu com a administração central da UFRB e com o diretor do CCS, Luiz Antonio Favero Filho, para tratar dos seguintes pontos:

a) Auxílio Transporte – a diretoria da APUR apontou sua posição na defesa dos direitos dos docentes, colocando que os direitos não devem ser questionados e que os beneficiados não podem sofrer nenhum tipo de perseguição, não cabendo ao sindicato a função de fiscalizar os docentes. Após longa discussão, ficou acertado entre os presentes a necessidade de evitar conflitos e procurar alternativas conjuntas para a fixação docente na UFRB.

b) Desburocratização da Progressão Funcional – a APUR apresentou à reitoria a urgência da atualização da resolução que regulamenta a progressão funcional na UFRB, uma atualização que seja a mais simplificada possível, valorizando a intervenção dos docentes. Outra questão fundamental é que o processo seja rápido, sem barreiras burocráticas e sem excessiva repetição de comprovações da atual forma, por isso os docentes indicam que a progressão seja informatizada, onde as informações possam ser compartilhadas entre os mecanismos de registros da universidade, diminuindo o tempo e os desgastes enfrentados hoje pelos docentes na UFRB. A reitoria se comprometeu em apresentar até o dia 26/04/14 uma minuta da nova resolução para apreciação da categoria. Sobre a informatização, a reitoria pontuou que colocará como um módulo prioritário no próximo processo de informatização que está em licitação.

c) Adequações na carreira dos docentes aprovados no concurso de 2012 no CETEC – a APUR retomou o processo que levou alguns docentes serem empossados na nova carreira mesmo tendo prestado o concurso sob as regras do edital da carreira antiga, o edital 02/12. De posse do requerimento administrativo e da nota técnica, construídos pela assessoria jurídica do sindicato, a APUR solicitou reenquadramento já dos docentes na carreira antiga. O reitor deu recebido aos documentos e despachou para o órgão responsável, para futura resposta.

d) Regularização do direito a férias e a insalubridade dos docentes afastados para

capacitação - a direção do sindicato entregou um requerimento administrativo e a nota técnica construídos pela assessoria jurídica do sindicato, solicitando o cumprimento destes direitos de todos os docentes, mesmo no período de afastamento. O reitor deu recebido aos documentos e despachou para o órgão responsável, para futura resposta.

e) Auxílio Insalubridade e Periculosidade – a diretoria da APUR questionou sobre a finalização do laudo químico da instituição que já ultrapassou o prazo firmado no contrato. A reitoria comunicou que o prazo foi prorrogado para o dia 30/06/14 por conta de dificuldades nas análises. A diretoria da APUR informou que nos próximos dias entrará com um requerimento administrativo solicitando o pagamento retroativo destes auxílios para alguns docentes que já o recebem. A APUR retomou a necessidade dessas indenizações aos docentes do CCS que atuam em espaços insalubres e perigosos fora da UFRB. A reitoria informou que, desde que existam laudos dos espaços de intervenção, é possível fazer as solicitações. Ficou certo que a direção do CCS, junto à representação sindical, realizará as consultas necessárias.

Para o vice-presidente da APUR, Herbert Martins, os problemas enfrentados pelos docentes da UFRB são reflexos de impasses nacionais e locais: “A existência no cenário nacional de ataques aos direitos dos servidores públicos, combinado com o infeliz passivo da política de gestão da UFRB em relação aos docentes, colocam para a APUR na ordem do dia a luta pela garantia de direitos básicos dos docentes. Em 2013, avançamos com a conquista do pagamento das Gratificações por Encargos de Curso e Concursos que vinham sendo negados na UFRB. Para 2014 é necessário dar fim nesse passivo, e lutaremos para regularizar todos os direitos tratados nesta reunião”, completou Herbert.

David Teixeira, presidente da APUR, acredita que a participação e mobilização dos docentes são peças fundamentais na conquista dos direitos: “As nossas conquistas têm acompanhado o crescimento do movimento docente na UFRB, precisamos avançar na nossa organização, fortalecendo nosso sindicato”, colocou o presidente.

SOBRE O AUXÍLIO TRANSPORTE

Com relação ao auxílio transporte a Diretoria da APUR sustentou a opinião de que se trata de uma conquista dos trabalhadores do serviço público federal, não somente dos docentes a qual se faz juz com base em legislação específica e em jurisprudência amplamente favorável ao gozo desse direito e que, portanto, não deveria ser tratado como um problema. Os últimos episódios em torno do auxílio transporte na UFRB são uma oportunidade de perceber os sucessivos ataques a direitos trabalhistas arduamente conquistados. Não bastassem as ameaças que hora acontecem a direitos como aposentadoria integral as estratégias de “dissolução” das conquistas agora atingem também as outras poucas verbas indenizatórias, como o auxílio transporte. É preciso entender que isso faz parte de um amplo processo de precarização das condições de trabalho. A APUR não é solidária a nenhuma forma de retirada de direitos, nem mesmo pactua com tentativas de por em questão o que a jurisprudência já nos permite. Rediscutir os auxílios é negociar recuo. Se há problemas pontuais, que sejam resolvidos de modo pontuais sem envolver o coletivo fundamentalmente porque os auxílios previstos em legislação específica alcançam todos (as) servidores públicos federais.

No momento em que a UFRB avança no processo de expansão há de se buscar condições para garantias dos direitos trabalhistas, e não a sua retirada. O momento exige uma séria discussão sobre uma política de “fixação docente” e de melhores condições de trabalho sobre pena de que o processo de interiorização amplie o que já vem sendo um importante problema para a nossa instituição que é a alta rotatividade dos trabalhadores dessa instituição manifestadas nas muitas solicitações de exoneração tanto de docentes quanto de técnicos. Enquadrar em supostas práticas “desviantes” trabalhadores(as) que de forma lícita fazem uso de um direito é um risco ao bom exercício democrático, além de abrir um precedente inquisitório sem improcedente.

A Diretoria da APUR repudia todo tipo de discriminação e perseguição aos docentes.

CAMPANHA DE FILIAÇÃO - APUR

**UM A MAIS
É MUITO MAIS!**

FILIE-SE



Assessoria Jurídica da APUR



**ATO DE REPÚDIO AOS 50 ANOS DO GOLPE
MILITAR DE 1964, QUE DEU INÍCIO A
21 ANOS DE REPRESSÃO E AUTORITARISMO
POLÍTICO NO BRASIL.**

**1 de abril
CAHL às 17h**

www.apur.org.br



Acompanhe nossas campanhas e ações de mobilização na página do Facebook
www.facebook.com/perfilapur



Acompanhe os vídeos da APUR do Youtube
www.youtube.com/apursindicato



Cadastre-se para receber o Informativo da APUR online. Envie e-mail para
apurdiretoria@gmail.com

EXPEDIENTE



www.apur.org.br

APUR – Associação dos Professores Universitários do Recôncavo - Rua Rui Barbosa, 710 - Cruz das Almas - Bahia.
CEP: 44380-000. (75) 3621-4473 - apurdiretoria@gmail.com - Presidente: DAVID ROMÃO TEIXEIRA - Vice-Presidente: HERBERT TOLEDO MARTINS - Secretário: ANTÔNIO EDUARDO ALVES DE OLIVEIRA - Suplente: ALESSANDRA NASSER CAIAFA - Tesouraria: FABIANO MACHADO MARTINS - Suplente: SÉRGIO ANUNCIAÇÃO ROCHA - Diretor Executivo: EDER PEREIRA RODRIGUES - Suplente: WILLIAN TITO MAIA SANTOS - Assessoria de Comunicação: ALINE SAMPAIO - Diagramação: JOSÉ MORAIS RODRIGUES. Impressão: GRÁFICA GLOBAL. Tiragem 500.